

# Justiça da Paraíba afronta censurar documentário

Uma nova decisão do juiz de Direito de 3ª Entrância Adhemar de Paula Leite Ferreira Néto, contraria o juízo do Tribunal Federal na Reclamação Constitucional nº 59. documentário "Justiça Contaminada" O Teatro Lavajat dos jornalistas Camilo Toscano e Eduardo Reina.

Carlos Moura / SCO / STF



Censura ao documentário já havia sido derrubada por Turma do Supremo Tribunal Federal  
Carlos Moura / SCO / STF

Em maio, a censura havia sido derrubada por unanimidade dos ministros Edson Fachin (relator), Gilmar Mendes, do colegiado) e Nunes Marques. Um mês antes, Fachin de liminar. Com o julgamento na Turma, a decisão de que o juiz de primeiro grau produzisse nova sentença expressão e produção jornalística que vigora no país

Mas, no dia 19 de setembro, o juiz Adhemar de Paula de antecipação de tutela, descumpriu frontalmente a de R\$ 500 caso o documentário não seja retirado do a ao STF, na Reclamação informando o desrespeito ao Ac proferida, em caráter de urgência, decisão suspender inconstitucional.

Assim, buscam garantir o integral cumprimento do acórdão baseada na ADPF 130. A reclamação contra a censura já advogado André Matheus, Diogo Esom Mourão escritório Flora Mangabeira Sociedade Jden Advogados e Moreth escritório Marcos Moreth Advocacia, com o apoio da Rede Nacional de Pr encabeçada pelo Instituto Vladimir Herzog e pela Art



Intervozes e a Associação Brasileira de Juristas pela ação em defesa dos repórteres.

Em maio, o STF havia considerado a decisão original próprio Supremo, e mandou o juiz paraibano emitir ou invés disso, não só manteve o conteúdo da decisão su "nova" decisão para se defender dos termos do Acórdã determinar a exclusão do conteúdo do documentário, c ainda mandou que os jornalistas provassem documental jornalístico, o que, na prática, viola o sigilo da f

O documentário se baseia em farta documentação anali declaração de juristas e alvos da investigação. Assi jornalistas provarem as falas promovidas por pessoas vídeo, no ano passado, e no próprio documentário.

"Vê-se que a sintética fundamentação adotada no ato cognição sumária, teve como objetivo evitar a propaga do documentário, sem, no entanto, discorrer, ainda q conteúdo", afirmou Fachin em seu voto de abril, quan

De acordo com o ministro do STF, a liberdade de impr democracia. E as queixas apresentadas contra o docum autorizar "a vulneração, mesmo que provisória, do di

Os dois jornalistas também respondem civil e crimina lavajatismo e à prática de lawfare. São duas outras

## Histórico

Dois meses depois de ter sido lançada em maio de 202 do desembargador Ricardo Vital de Almeida, do Tribun alegou que o vídeo contém "diversas palavras ofensiv Reina e Camilo Toscano de promover uma "construção d intuito de atacar sua imagem e honra.

Ele é o único dos citados no documentário a mover aç do conteúdo e responsabilizar cível e criminalmente falas tidas como desonrosas destacadas nas ações ten documentário expõe ações da operação que atingiram o deputada estadual Estela Bezerra, a ex-prefeita de C ligadas ao mesmo grupo político.

A apelidada "operação Calvário", que investigou supor Educação da Paraíba, constitui-se em um caso emblemá Justiça da Paraíba, em 2019, prendeu, nas vésperas d impôs várias medidas cautelares aos envolvidos.



A tramitação da ação vive desde então um jogo de empurre e empurrão. O TRE-PB, o desembargador questionou a Corte eleitoral a competência eleitoral ou comum. Mas em despacho ele apontando para crime comum.

Esse conflito de competência é um dos pontos levantados por a Calvário investigou e prendeu pessoas na esfera da Justiça Eleitoral.

O TRE-PB faz o processo retornar para a Justiça comum em seguida, o STF encaminhou a denúncia para a Justiça firmada na Corte antes mesmo de a Calvário ser deflato processo para a presidência do TRE-PB, que, por sua decisão decidido em qual instância o processo deve correr. Isso que se trata de tema eleitoral. Responsáveis pela inquisição Paulo Neto, do Ministério Público (MP-PB), e o desembargador Justiça (TJ-PB), eram chamados pela imprensa local com referência ao ex-juiz declarado parcial pelo STF e a procurador e deputado federal cassado Deltan Dallagnol.

Entre novembro de 2021 e janeiro de 2022, Ricardo Vianna fez contatos da produção do documentário, assim como a chefia de seu gabinete na Paraíba. Várias alternativas de entrevista pessoal, respostas por escrito sobre questões e nota escrita por ele mesmo ou pela assessoria de imprensa das demandas. Na ação, o desembargador recorreu à Associação de Advogados da Paraíba (AMPB) para obter assistência jurídica gratuita.

RCL 59.337

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-set-29/justica-parai-ba-afronta->